



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

04/09/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. JUÍZES.....	2
2. JORNAL AQUI	
2.1. DECISÕES.....	3 - 4
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. VARA CRIMINAL.....	5
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. COMARCAS.....	6
4.2. DECISÕES.....	7
5. JORNAL EXTRA	
5.1. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	8
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	9
6.2. OBRAS / REFORMAS.....	10 - 11
6.3. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	12
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. DESEMBARGADOR.....	13
7.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	14 - 15
7.3. OBRAS / REFORMAS.....	16
7.4. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	17 - 18

Justiça em São João dos Patos divulga resultados do II Mutirão Previdenciário

O Poder Judiciário em São João dos Patos realizou na última semana, no período de 25 a 29 de agosto, o II Mutirão Previdenciário da comarca. Foram realizadas 186 audiências referentes a ações de INSS, todas presididas pelo juiz titular Rommel Cruz Viégas e o resultado foi um montante de R\$ 209.027,00 (duzentos e nove mil e vinte e sete reais em acordos).

De acordo com os dados divulgados pelo juiz, 199 audiências estavam na pauta do mutirão. Das 186 que foram

realizadas, 69 terminaram em acordo. “Foi um trabalho intenso, mas conseguimos nosso objetivo em dar andamento aos processos dessa natureza que tramitam aqui na comarca”, ressaltou Rommel. As audiências em que as partes não firmaram acordos seguiram para a instrução processual, ficando os referidos autos conclusos para julgamento.

Esse é o resultado do 2º Mutirão Previdenciário realizado pela vara única da comarca de São João dos Patos. Além do magistrado e de servidores da

Vara, o referido mutirão contou com as presenças do procurador federal do INSS, Raimundo Nonato Silva Soares, de advogados e das partes.

Ao final, o magistrado destacou o trabalho realizado pelo representante do INSS, dos advogados e das partes, em especial aos servidores da Vara, que mesmo diante de um diminuto efetivo de servidores em atividade e diante de um elevado passivo processual na unidade, não mediram esforços para o êxito do mutirão. “De parabéns todas as pessoas

que se envolveram nessas atividades”, finalizou Rommel Viégas.

Esse foi o II Mutirão Previdenciário realizado na comarca. O primeiro mutirão previdenciário realizado pela Comarca de São João dos Patos foi realizado há um ano, em agosto de 2013, com ações referentes à aposentadoria rural por idade, salário maternidade, pensão por morte e invalidez. Nessa edição do mutirão, foram agendadas 158 audiências, sendo que destas, 152 foram realizadas.

Queima de aparelho por causa de revisão na rede elétrica gera indenização

A 2ª Vara de Santa Luzia julgou uma ação por danos morais e materiais, na qual a parte autora pleiteava ressarcimento pelos danos sofridos em função de má prestação de serviço por parte da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, requerendo a reparação pelos danos morais e materiais supostamente sofridos.

De acordo com a ação, funcionários da CEMAR estavam arrumando a rede elétrica na rua da parte autora, que estava sem energia, mas quando a corrente elétrica voltou, teria resultado na queima de receptor de antena. A empresa alegou não ter responsabilidade sobre o dano causado ao aparelho receptor de antena parabólica da parte autora.

Entretanto, a CEMAR é detentora de exclusividade do fornecimento de energia no Estado do Maranhão. "Portanto, é legítima a sua figuração no

pólo passivo da presente lide", destaca a sentença. O documento observa que o fornecimento de energia elétrica insere-se no universo das relações de consumo, submetendo-se, conseqüentemente, à abrangência do Código de Defesa do Consumidor, o CDC. Cabia, logo, à parte ré provar que não teria sido a responsável pelo dano causado.

A sentença afirma que a CEMAR não juntou qualquer documento que a isentasse da responsabilidade pela queima do receptor. No que se refere ao pedido de indenização por danos morais, devem ser consideradas as condições socioeconômicas do ofendido, a capacidade financeira do ofensor em arcar com a indenização, além do caráter punitivo e profilático da medida.

Por fim, a CEMAR foi condenada a pagar o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), a título de danos morais.

SÃO LUÍS

> JUSTIÇA MANTÉM DECISÃO DE DESCONTAR SALÁRIOS DE PROFESSORES GREVISTAS

▶ CIDADES 3

DESCONTO NOS SALÁRIOS DE GREVISTAS

Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) mantém ordem para desconto em folha e processos contra professores grevistas em São Luís

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) extinguiu, através da relatoria do desembargador Antônio Guerreiro Júnior, sem resolução de mérito, ação com pedido de medida cautelar ajuizada pelo Sindicato dos Profissionais do Ensino Público Municipal de São Luís (Sindeducação) contra Município de São Luís. O TJMA entendeu inadequada a via eleita pelo Sindeducação para fazer tal solicitação.

O sindicato pleiteava à Justiça que proibisse o Município de proceder ao desconto nos vencimentos dos servidores em

greve, bem como instaurar qualquer procedimento administrativo que tivesse por fundamento a ausência de trabalho por adesão à greve, até o trânsito em julgado da decisão final na ação principal, sob pena de multa diária no valor de R\$ 5 mil.

“É que a insurgência do requerente atine à decisão liminar proferida nos autos da Ação Ordinária nº 20.836/2014, impugnada tanto por embargos de declaração quanto por agravo regimental. Em ambos os recursos, rejeitei as teses do sindicato ali expostas, que ora se repetem

na presente demanda. Ou seja, o autor utiliza a medida cautelar como sucedâneo recursal, o que não pode ser admitido”, afirmou o desembargador em sua argumentação sobre o pedido do Sindicato.

Para o procurador geral do Município, Marcos Braid, o Sindeducação deveria cumprir as determinações judiciais. “O Sindicato deveria buscar cumprir as determinações judiciais, ao invés de protelar o feito, com o manejo de incidentes manifestamente desprovidos de fundamento”, declarou.

CASO RUBI

Jornalista é condenado a dois anos de reclusão por injúria

O jornalista Jhonatan Sobreiro foi condenado a dois anos de reclusão, substituídos por uma pena restritiva de direito a ser determinada pelo juízo de execução penal da comarca de Imperatriz, após ser denunciado pelo Ministério Público do Maranhão por injúria preceituosa.

A sentença foi proferida no dia 22 de agosto pelo juiz Weliton Sousa Carvalho, titular da 4ª Vara Criminal. Atuou no caso pelo Ministério Público a promotora de justiça Alline Matos Pires.

A denúncia foi motivada devido a uma entrevista, veiculada nos dias 16 e 17 de agosto de 2013, no programa Difusora Repórter, em que uma mulher, com visíveis transtornos psíquicos, afirma ser atriz e que não deseja mais trabalhar em nove-

las do SBT e da Rede Globo. A matéria teve ampla repercussão, até em nível nacional, com a difusão nas redes sociais.

De acordo com a denúncia do Ministério Público, que se apoiou em depoimentos de testemunhas ouvidas no processo, a vítima passou a ser ridicularizada nas ruas e até mesmo no local onde faz tratamento: o Centro de Apoio Psicossocial (Caps). "O caso revelou-se um total desrespeito à dignidade do ser humano e à sua condição de pessoa com transtorno psíquico", analisou a promotora de justiça Alline Matos Pires. "Essa é uma causa importante, que bem simboliza a forma discriminatória e humilhante com que as pessoas com transtorno psíquico ainda são tratadas em nosso país", ressaltou.



A mulher entrevistada possui problemas mentais e foi ridicularizada

Abuso sexual contra crianças e adolescentes é tema de campanha

Ação faz parte do projeto Denunciar é Proteger, idealizado pela 3ª Vara de Balsas

FORTALEZA DOS NOGUEIRAS

- A 3ª Vara da Comarca de Balsas promoveu, no último fim de semana, em Fortaleza dos Nogueiras (termo judicial da comarca), Campanha de Enfrentamento ao Abuso Sexual Infantojuvenil. Liderada pela juíza titular da Vara, Nirvana Maria Mourão, a ação aconteceu no auditório do Colégio São Raimundo Nonato (bairro Nova Fortaleza) e reuniu cerca de 200 professores da rede pública de ensino, que tem aproximadamente 4 mil alunos.

A magistrada falou sobre o aspecto jurídico do abuso, enquanto os aspectos psicológicos e sociais foram abordados pelas integrantes da equipe da Vara, a psicóloga Mônica Leite e a assistente social Ana Sheila Muniz.

A iniciativa faz parte do projeto Denunciar é Proteger, idealizado pela 3ª Vara de Balsas e inaugurado em maio, em Nova Colinas (termo), e que tem por objetivo dar maior visibilidade ao tema do abuso contra criança e adolescentes no ambiente escolar.

Auxiliar a comunidade docente no processo de identificação

de sinais que sugiram a ocorrência do abuso e na abordagem da criança ou adolescente supostamente abusada, sensibilizar os profissionais do ensino quanto à criminalização do abuso sexual infantojuvenil e estimular/incentivar o registro de denúncias dos casos a fim de prevenir ocorrências e reincidências também estão entre os objetivos da ação.

De modo a garantir o sucesso da campanha, juizes de Direito da comarca, delegados de Polícia Civil, representantes do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil foram convidados a participar do evento.

Silêncio - Segundo Nirvana Mourão, a ideia do projeto é sensibilizar os educadores quanto à criminalização do abuso sexual infantojuvenil, mostrando que a pessoa que cala permite que outra pessoa seja destruída.

A magistrada alertou para o pacto do silêncio que muitas vezes envolve o abuso em cidades menores. E enfatizou: "queremos romper com esse silêncio e estimular o aumento das denúncias, para que os agressores possam ser responsabilizados pelo crime cometido".

Nas palavras da magistrada, em audiências de processos relativos a abusos, não raro as famílias negam o crime.

Queima de aparelho por revisão na rede elétrica gera indenização a consumidor

Justiça julga procedente ação por danos morais e materiais causados por queima de aparelho e condena Cemar a ressarcir usuário do município de Santa Luzia

A 2ª Vara de Santa Luzia julgou uma ação por danos morais e materiais, na qual a parte autora pleiteava ressarcimento pelos danos sofridos em função de má prestação de serviço por parte da Companhia Energética do Maranhão (Cemar), requerendo a reparação pelos danos morais e materiais supostamente sofridos. Por fim, a Cemar foi condenada a pagar o valor de R\$ 1.000,00, a título de danos morais. Quanto

aos danos materiais, foi estipulado o valor de R\$ 101,00.

De acordo com a ação, funcionários da Cemar estavam fazendo consertos na rede elétrica na rua da parte autora, que estava sem energia, mas quando a corrente elétrica voltou teria resultado na queima do receptor de antena. A empresa alegou não ter responsabilidade sobre o dano causado ao aparelho receptor de antena parabólica da parte autora.

Entretanto, a Cemar é detentora de exclusividade do fornecimento de energia no estado do Maranhão. "Portanto, é legítima a sua figuração no polo passivo da presente lide", destaca a sentença. O documento observa que o fornecimento de energia elétrica insere-se no universo das relações de consumo, submetendo-se, consequentemente, à abrangência do Código de Defesa do Consumidor, o CDC. Cabia, logo, à parte

ré provar que não teria sido a responsável pelo dano causado.

A sentença afirma que a Cemar não juntou qualquer documento que a isentasse da responsabilidade pela queima do receptor. No que se refere ao pedido de indenização por danos morais, devem ser consideradas as condições socioeconômicas do ofendido, a capacidade financeira do ofensor em arcar com a indenização, além do caráter punitivo e profilático da medida.

Poder Judiciário suspende expediente na segunda-feira, 8

Em função do feriado municipal comemorativo da fundação de São Luís, celebrado no dia 08 de setembro, não haverá expediente na Corregedoria Geral da Justiça na data. A suspensão está prevista em resolução do Tribunal de Justiça (Resolução 63/2013) e compreende todas as unidades do Poder Judici-

ário da capital e dos municípios. Os fóruns da capital e do interior devem funcionar em regime de plantão.

Em São Luís, os plantões cível e criminal funcionam em regime de 24 horas no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) para atender às demandas consideradas urgentes.

No feriado do dia 08 de

setembro, funcionam nos plantões os juízes João Santana Sousa (cível) e Antonio Fernando dos Santos Machado (criminal). Cada magistrado é auxiliado pelo secretário judicial e por oficial de Justiça. O contato com as equipes do plantão pode ser feito pelos telefones celulares (98) 8802-7484 (criminal) 8811-2153 (cível).

SELEÇÃO DE PROJETOS

Encontram-se abertas no 2º Juizado Especial Criminal de São Luís (Avenida Casemiro Júnior, 260, Anil), as inscrições para a seleção de projetos para receber recursos do Judiciário oriundos de prestações pecuniárias, suspensão condicional do processo e transações penais. O período de inscrições se encerra no dia 1º de outubro. Os interessados em participar devem comparecer à sede do Juizado, de segunda à sexta-feira, das 8h às 19h.

POLÍTICA II

Judiciário do MA investe na construção e reforma de fóruns em 13 comarcas

Pag. 04



Fórum de Magalhães de Almeida foi entregue em agosto

Judiciário do MA investe na construção e reforma de fóruns em 13 comarcas

Em São Luís, na Rua do Egito, está sendo restaurado o Solar dos Veras - sobrado colonial do Século XIX, localizado na Rua do Egito, centro histórico de São Luís



Fórum de Magalhães de Almeida foi entregue em agosto

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está investindo R\$ 11,7 milhões na reforma e construção de unidades judiciais. As obras - financiadas com recursos do Fundo de Modernização e Reparelhamento do Poder Judiciário (FERJ) - estão sendo feitas nas comarcas de Magalhães de Almeida, São Bernardo, Porto Franco, Paço do Lumiar, Imperatriz, Buriticupu, Barra do Corda, Balsas, Santa Helena e Santa Luzia.

Em São Luís, na Rua do Egito, está sendo restaurado o Solar dos Veras - sobrado colonial do Século XIX, localizado na Rua do Egito, centro histórico de São Luís. No local, funcionarão a Unidade de Monitoramento Carcerário, Diretoria de

Informática e a Diretoria de Segurança Institucional do TJMA.

O prédio é composto por duas unidades. A primeira possui três pavimentos e área construída de 975,77m². A segunda, com área construída de 1.010,02m², dispõe de quatro pavimentos.

CÉLULA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - O projeto de arquitetura de novos prédios no âmbito do Poder Judiciário foi concebido considerando a ideia de célula de prestação jurisdicional, que visa melhorar a produtividade e o fluxo processual - mesmo conceito adotado no anexo do Fórum de São Luís.

As unidades vão dispor de secretaria judicial, arquivo, depósito, área de atendimento, ga-

binete do juiz, salas de audiências, assessoria, espaço para a OAB, oficiais de justiça, distribuição, banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais, copa, acesso para magistrado, estacionamento.

FÓRUM DE MAGALHÃES DE ALMEIDA - entregue à população daquela comarca (entrança inicial), no dia 11 de agosto - possui área total de 3.464 m², sendo 496,05 m² destinados à edificação. A unidade está instalada na Avenida Getúlio. A unidade está equipada com rede lógica e de telefonia, subestação de energia e climatização.

SÃO BERNARDO - As obras de construção do Fórum da comarca de São Bernardo (entrança inicial) devem ser conclu-

ídas até o final de setembro. Localizada na Rua Dom Pedro II, a sede da comarca está sendo edificada num espaço de 700,70 m² e área total de 2.275 m².

PORTO FRANCO - Para setembro, está previsto, também, o término das obras de construção do Fórum de Porto Franco, com área construída de 952,60 m². Além da estrutura padrão, a unidade que dispõe de duas varas, contará com amplo estacionamento para servidores e salão do júri.

BALSAS - A reforma do Fórum de Balsas inclui pavimentação do estacionamento, pintura externa, revisão na cobertura do salão do júri, construção do depósito judicial, revisão nas instalações elétricas, entre outros serviços.

PAÇO DO LUMIAR - Em Paço do Lumiar, está sendo feitos serviços de reforma e ampliação do Fórum local e construção de salão de júri. Os trabalhos de engenharia envolvem a reforma e adequação do lay-out, pintura geral, revisão da cobertura, instalação de esquadrias e grades, instalação de forro, substituição de piso, revisão geral das instalações prediais (elétrica, lógica, telefonia, climatização, hidrossanitárias e combate a incêndio), substituição de louças sanitárias, metais e acessórios e aumento da capacidade da subestação de energia.

Na área a ser ampliada serão instalados três varas judiciais, depósitos, salão do júri e estacionamento. Com área construída de 1.557,17 m², a obra deve ser concluída em novembro de 2014.

- SEM EXPEDIENTE



Em função do feriado municipal comemorativo da fundação de São Luís, celebrado no dia 08 de setembro, não haverá expediente na Corregedoria Geral da Justiça na data. A suspensão está prevista em resolução do Tribunal de Justiça (Resolução 63/2013) e compreende todas as unidades do Poder Judiciário da capital e dos municípios. Os fóruns da capital e do interior devem funcionar em regime de plantão. Em São Luís, os plantões cível e criminal funcionam em regime de 24 horas no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) para atender às demandas consideradas urgentes.

Dirigentes da Adepol farão visita hoje ao desembargador Bayma

Como parte da agenda de paralisação da categoria por 48 horas, delegados de Polícia Civil irão realizar, na manhã desta quinta-feira (4), uma visita de cortesia ao desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo. A visita está programada para as 10h da manhã, no prédio do Tribunal de Justiça onde anteriormente funcionava a Assembleia Legislativa do Estado, na Rua do Egito.

O presidente da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Maranhão, Marconi Chaves Lima, informou ao Jornal Pequeno, na noite de ontem, que se não houver um acordo com o Governo do Estado, em torno da pauta de reivindicações traçada pela Adepol-MA, a categoria poderá decidir por uma paralisação por tempo indeterminado.

O delegado Marconi Lima explicou que desde abril de 2007 a categoria vem lutando para assegurar isonomia salarial equivalente à categoria dos procuradores do Estado e agora tem a seu favor o reconheci-

mento judicial deste direito.

“Iremos a fazer uma visita de cortesia ao Tribunal de Justiça do Maranhão, na pessoa do desembargador Bayma Araújo, que foi o relator deste processo e foi também quem deu ganho de causa para os delegados do Maranhão neste pleito em favor da isonomia”, afirmou o delegado Marconi Lima.

Segundo ele, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar nesta terça-feira (2), embargo de declaração impetrado pelo governo do Maranhão, acatou a decisão proferida pelo desembargador Bayma Araújo em favor da isonomia pleiteada pelos delegados da Polícia Civil do Maranhão.

“No julgamento desta ação, o desembargador Bayma Araújo se revelou um profundo conhecedor da matéria e o brilhante voto proferido por ele nesta questão está sendo tomado como referência em julgamentos feitos em ações análogas pelos tribunais superiores de nosso país”, salientou o presidente da Adepol-MA.

2º Juizado Criminal tem inscrições abertas para seleção de projetos

Encontram-se abertas no 2º Juizado Especial Criminal de São Luís (Avenida Casemiro Júnior, 260, Anil), as inscrições para a seleção de projetos para receber recursos do Judiciário oriundos de prestações pecuniárias, suspensão condicional do processo e transações penais. O período de inscrições se encerra no dia 1º de outubro. Os interessados em participara devem comparecer à sede do Juizado, de segunda à sexta-feira, das 8h às 19h.

As informações constam de edital assinado pela juíza titular do Juizado, Maria Eunice do Nascimento Serra. De acordo com o edital, podem se inscrever entidades públicas e privadas com finalidade social e sem fins lucrativos, sediadas em São Luís, regularmente constituídas há pelo menos um ano, sem vínculo político-partidário, que prestem serviços de relevância social. As entidades devem apresentar projeto com viabilidade de implementação, segundo a necessidade da entidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas, reza o documento.

O resultado da seleção será divulgado no site do Poder Judiciário até o dia 10 de outubro.

- Estão abertas, até o dia 12 de setembro, as inscrições para o curso Direito Notarial e Registral e o Poder Judiciário, promovido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam).
- Destinada somente aos juízes, a capacitação terá duração de 20 horas-aulas e será realizada nos dias 18 e 19 de setembro, das 7h30 às 19h30, no auditório da escola judicial. Para se inscrever, basta acessar o sistema Tutor, disponível na plataforma Sentinela, no Portal do Judiciário.

Judiciário investe na construção e reforma de fóruns em 13 comarcas do Maranhão

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está investindo R\$ 11,7 milhões na reforma e construção de unidades judiciais. As obras – financiadas com recursos do Fundo de Modernização e Reparcelhamento do Poder Judiciário (FERJ) – estão sendo feitas nas comarcas de Magalhães de Almeida, São Bernardo, Porto Franco, Paço do Lumiar, Imperatriz, Buriticupu, Barra do Corda, Balsas, Santa Helena e Santa Luzia.

Em São Luís, na Rua do Egito, está sendo restaurado o Solar dos Veras – sobrado colonial do Século XIX, localizado na Rua do Egito, centro histórico de São Luís. No local, funcionarão a Unidade de Monitoramento Carcerário, Diretoria de Informática e a Diretoria de Segurança Institucional do TJMA.

O prédio é composto por duas unidades. A primeira possui três pavimentos e área construída de 975,77m². A segunda, com área construída de 1.010,02m², dispõe de quatro pavimentos.

Poder Judiciário suspende expediente na segunda-feira

PÁGINA 2 [C1]

Poder Judiciário suspende expediente na segunda-feira

Em função do feriado municipal comemorativo da fundação de São Luís, celebrado no dia 08 de setembro, não haverá expediente na Corregedoria Geral da Justiça na data. A suspensão está prevista em resolução do Tribunal de Justiça (Resolução 63/2013) e compreende todas as unidades do Poder Judiciário da capital e dos municípios. Os fóruns da capital e do interior devem funcionar em regime de plantão.

Em São Luís, os plantões cível e criminal funcionam em regime de 24 horas no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) para atender às demandas consideradas urgentes.

No feriado do dia 08 de setembro, funcionam nos plantões os juízes João Santana Sousa (cível) e Antonio Fernando dos Santos Machado (criminal). Cada magistrado é auxiliado pelo secretário judicial e por oficial de Justiça. O contato com as equipes do plantão pode ser feito pelos telefones celulares (98) 8802-7484 (criminal) 8811-2153 (cível).

Nos dias úteis, também ocorre plantão noturno diariamente no Fórum de São Luís, sempre a partir das 18h até, funcionando até as 6h do dia seguinte.